

ENTRE A GRADE E O QUADRO: OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS E EMOCIONAIS DOS PROFESSORES QUE ATUAM EM UNIDADES PRISIONAIS

Bruno Roberto Silva dos Santos¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Este artigo analisa os desafios pedagógicos e emocionais enfrentados por professores que atuam em unidades prisionais, considerando as implicações desse contexto para a prática docente e para a efetivação do direito à educação de pessoas privadas de liberdade. Fundamenta-se nos pressupostos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e nas discussões sobre educação prisional, formação docente e saúde mental no trabalho. A pesquisa adota abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de produções publicadas nos últimos dez anos. A análise evidencia que a atuação docente em instituições prisionais é marcada por limitações estruturais, protocolos de segurança, estigmatização do ambiente de trabalho e sobrecarga emocional, fatores que repercutem na identidade profissional e nas condições de exercício da docência. Apesar dessas adversidades, os professores constroem estratégias pedagógicas e relacionais que favorecem o estabelecimento de vínculos educativos e o engajamento dos estudantes no processo de aprendizagem. Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas voltadas à formação continuada, ao suporte psicológico e à valorização profissional, como condições para o fortalecimento da educação prisional e para a qualificação das práticas educativas nesse contexto.

Palavras-chave: Educação Prisional. Educação de Jovens e Adultos. Docência. Saúde Mental. Formação Docente.

ABSTRACT: This article analyzes the pedagogical and emotional challenges faced by teachers working in prison units, considering the implications of this context for teaching practice and for the effective realization of the right to education for people deprived of their liberty. It is grounded in the principles of Youth and Adult Education (EJA) and in discussions on prison education, teacher education, and mental health in the workplace. The study adopts a qualitative approach, developed through a literature review and documentary analysis of publications from the last ten years. The analysis shows that teaching in prison institutions is marked by structural limitations, security protocols, stigmatization of the work environment, and emotional overload, factors that affect professional identity and the conditions under which teaching is carried out. Despite these adversities, teachers develop pedagogical and relational strategies that foster the establishment of educational bonds and students' engagement in the learning process. The results indicate the need for public policies aimed at continuing professional development, psychological support, and professional recognition as conditions for strengthening prison education and improving educational practices in this context.

Keywords: Prison Education. Youth and Adult Education. Teaching. Mental Health. Teacher Education.

¹ Mestrando em Ciência da Educação pela Universidade Christian Business School – CBS, EUA. Pós-graduado em Advocacia Cível pela Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Graduado em Direito pela Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP). Pós-graduado em Ensino da História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Graduado em História pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (FAMASUL). Advogado e Professor do Ensino Médio e Superior.

² Orientadora. Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School – CBS. Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada.

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988 e representa um importante instrumento para a promoção da cidadania, da inclusão social e da redução das desigualdades (Boutin; Flach, 2024). No contexto das pessoas privadas de liberdade, esse direito é reafirmado pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que estabelece a oferta de educação nas unidades prisionais como parte das ações voltadas à reintegração social. Nesse cenário, a educação prisional assume papel relevante ao possibilitar o acesso à escolarização de sujeitos que, em sua maioria, tiveram suas trajetórias marcadas pela exclusão social e pela interrupção precoce dos estudos. Rodrigues et al. (2025) reforçam que a educação em prisões deve ser compreendida não apenas como mecanismo de ressocialização, mas como expressão do direito humano à educação ao longo da vida, evidenciando a necessidade de políticas públicas capazes de assegurar condições efetivas para sua implementação.

Apesar de sua relevância, o exercício da docência em unidades prisionais apresenta características que o diferenciam de outros contextos educacionais. A atuação docente é condicionada, segundo Lima; Mata; Massena (2024) por normas de segurança, restrições institucionais, limitações de infraestrutura e escassez de recursos pedagógicos, fatores que interferem tanto no desenvolvimento das práticas educativas quanto nas condições de trabalho dos professores. Soma-se a esse contexto a necessidade de lidar com estudantes que apresentam diferentes níveis de escolarização e experiências de vulnerabilidade social, exigindo constante adaptação das estratégias de ensino. Boutin e Flach (2024) apontam que a formação dos professores que atuam em unidades prisionais ainda é insuficiente para responder às especificidades desse contexto, especialmente no que se refere à articulação entre competências pedagógicas, manejo comportamental, segurança institucional e desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

Embora a produção científica sobre educação prisional tenha crescido nas últimas décadas, ainda são relativamente escassos os estudos que discutem as repercussões dessas condições sobre o trabalho docente, especialmente no que se refere às dimensões pedagógicas e emocionais da profissão. Da mesma forma, a formação inicial e continuada de professores nem sempre contempla as especificidades da atuação em ambientes de privação de liberdade, o que pode ampliar dificuldades relacionadas ao planejamento pedagógico, à mediação das relações educativas e ao bem-estar profissional. Pesquisas recentes também indicam que a consolidação de práticas educativas mais efetivas depende do fortalecimento da formação continuada, da valorização docente e da construção de currículos capazes de dialogar com as especificidades da

educação em contextos de privação de liberdade, reconhecendo a complexidade do trabalho desenvolvido nesses espaços.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar os desafios pedagógicos e emocionais enfrentados por professores que atuam em unidades prisionais, buscando compreender de que forma as condições institucionais influenciam a prática docente e a qualidade do processo educativo. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de legislações e produções científicas publicadas nos últimos dez anos sobre educação prisional, formação docente e saúde mental.

As análises evidenciam que a docência no sistema prisional é marcada pela coexistência de desafios estruturais, institucionais e emocionais que repercutem diretamente no exercício profissional. Ao mesmo tempo, os estudos apontam que os professores desenvolvem estratégias pedagógicas e relacionais capazes de favorecer o vínculo com os estudantes e ampliar as possibilidades educativas nesse contexto. Os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da educação prisional, com ênfase na formação continuada, no apoio institucional e na valorização do trabalho docente, elementos considerados fundamentais para a consolidação do direito à educação das pessoas privadas de liberdade.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza analítico-reflexiva, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental. A opção por essa abordagem fundamenta-se na necessidade de compreender os desafios pedagógicos e emocionais vivenciados por professores que atuam em unidades prisionais, considerando as dimensões educacionais, institucionais e sociais que permeiam esse contexto. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita interpretar fenômenos sociais a partir de seus significados, processos e relações, permitindo uma compreensão aprofundada da realidade investigada. Nesse sentido, esse delineamento mostrou-se adequado para analisar as especificidades da docência em ambientes de privação de liberdade.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir da consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais que abordam educação prisional, formação docente, Educação de Jovens e Adultos e saúde mental de professores. Complementarmente, foram analisados documentos normativos que regulamentam a oferta da educação nas unidades prisionais brasileiras, entre eles a Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal (Lei nº

7.210/1984), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade.

Os materiais selecionados foram submetidos à leitura exploratória, seletiva e interpretativa, possibilitando a identificação e a organização das informações em categorias temáticas relacionadas às condições de trabalho docente, aos desafios pedagógicos, à formação profissional e aos aspectos emocionais envolvidos na atuação em unidades prisionais. A análise fundamentou-se na articulação entre a literatura especializada e os documentos normativos, buscando compreender as principais contribuições e limitações apontadas pela produção científica sobre o tema. Por tratar-se de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes bibliográficas e documentos públicos, sem participação de seres humanos ou utilização de dados identificáveis, o estudo não demandou submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a regulamentação vigente para pesquisas dessa natureza.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O embasamento teórico que ancora esta discussão localiza-se na interseção entre a pedagogia crítica, a sociologia da exclusão e as teorias voltadas à humanização e à psicologia do trabalho docente. Sob essa perspectiva, a educação é reconhecida internacionalmente como um direito humano fundamental e constitui uma das principais ferramentas para a promoção da cidadania, da autonomia e da participação social. No Brasil, esse direito encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

No que se refere às pessoas privadas de liberdade, a garantia desse direito assume relevância ainda maior, pois a trajetória histórica e política da educação nas prisões brasileiras revela um percurso marcado por ambiguidades e pelo distanciamento entre o que prevê a legislação e a realidade vivenciada nas unidades prisionais. Se, por um lado, o ordenamento jurídico nacional e internacional assegura o acesso à educação formal como dever do Estado e direito da pessoa privada de liberdade, por outro, a efetivação dessa política pública ainda enfrenta barreiras decorrentes da persistência de uma cultura pautada no castigo, na exclusão e na punição. Historicamente, a população carcerária brasileira é composta, em sua maioria, por indivíduos oriundos de contextos marcados pela exclusão social, pela pobreza e pelo acesso precário à educação formal. Muitos ingressam no sistema prisional com trajetórias escolares interrompidas, experiências de fracasso acadêmico e oportunidades educacionais limitadas.

Compreender a complexidade da educação nas prisões exige, primordialmente, um esforço analítico para desconstruir a visão do espaço carcerário como mero local de cumprimento de pena. Nesse contexto, a educação prisional configura-se como um instrumento de garantia de direitos, reparação social e ampliação das possibilidades de reinserção na sociedade. Freire (2021) afirma que a educação deve ser compreendida como prática de liberdade, capaz de promover processos de conscientização e transformação humana. Em sua perspectiva, Paulo Freire (1987) defende que a educação é, inerentemente, um ato político, uma ação dialógica e uma prática de liberdade. Quando essa concepção é transposta para o contexto prisional, a sala de aula passa a representar um espaço de diálogo, reflexão crítica e construção de novas possibilidades de existência, mesmo diante das limitações impostas pela lógica disciplinar do cárcere.

Nessa perspectiva, a escola presente nas unidades prisionais não pode ser compreendida apenas como um mecanismo de ocupação do tempo ou de obtenção de benefícios legais relacionados à remição da pena. Sua função ultrapassa os aspectos burocráticos e alcança dimensões humanas, sociais e culturais fundamentais para a reconstrução das trajetórias de vida e da identidade das pessoas privadas de liberdade. Ao garantir o acesso à educação no sistema prisional, o Estado reconhece que a privação da liberdade não implica a perda dos demais direitos fundamentais. Pelo contrário, a educação constitui um dos principais caminhos para que esses indivíduos reconstruam projetos de vida e desenvolvam novas perspectivas para o futuro.

5

A educação prisional no Brasil está diretamente relacionada às transformações ocorridas nas concepções de pena e ressocialização ao longo da história. Durante muito tempo, predominou o entendimento de que a prisão possuía caráter exclusivamente punitivo, priorizando o isolamento e o castigo dos indivíduos considerados infratores. A partir da segunda metade do século XX, intensificaram-se as discussões acerca da necessidade de implementação de políticas voltadas à reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Nesse contexto, a educação passou gradativamente a ser reconhecida como um elemento fundamental desse processo.

A promulgação da Lei de Execução Penal, em 1984, representou um marco importante nessa trajetória ao estabelecer a assistência educacional como direito da pessoa privada de liberdade e dever do Estado. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu essa compreensão ao reafirmar a educação como direito de todos. Nas décadas seguintes, diferentes normativas regulamentaram a oferta da educação em estabelecimentos penais, entre elas as

Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade e outras políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos. Apesar desses avanços legais, a efetivação da educação prisional ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, ao financiamento, à formação docente e às condições institucionais das unidades penitenciárias brasileiras.

Também se mostra pertinente recorrer às contribuições de Michel Foucault (1987), que analisa os mecanismos de controle, vigilância e disciplinamento que estruturam o sistema penitenciário moderno. Segundo o autor, a instituição prisional opera por meio de dispositivos que limitam a autonomia, a individualidade e a subjetividade dos sujeitos privados de liberdade. Sob essa perspectiva, o professor que atua nesse espaço desenvolve uma prática que tensiona essa lógica institucional, uma vez que sua atuação pedagógica busca favorecer o desenvolvimento da autonomia, da reflexão crítica e da dignidade dos estudantes.

No campo da psicologia do trabalho docente, a literatura também evidencia os impactos emocionais decorrentes da atuação em ambientes de privação de liberdade. O exercício da docência em unidades prisionais, marcado por situações de superlotação, precariedade estrutural, restrições institucionais e possibilidade de violência, exige dos professores constante mobilização de recursos cognitivos e emocionais para lidar com as demandas do cotidiano profissional. Nesse sentido, a teoria do sofrimento ético-político contribui para compreender o desgaste psíquico experimentado por esses profissionais, especialmente quando encontram limitações institucionais que dificultam a realização de uma prática pedagógica coerente com seus princípios éticos e educativos.

3.1 Impactos emocionais da docência em unidades prisionais

Um dos aspectos mais peculiares da educação prisional refere-se à posição ocupada pelo professor no interior da instituição penitenciária. Diferentemente das escolas convencionais, o ambiente prisional é organizado prioritariamente com base em critérios de segurança, disciplina e vigilância. Consequentemente, o trabalho pedagógico precisa adaptar-se a normas institucionais que nem sempre favorecem o desenvolvimento das atividades educacionais, uma vez que procedimentos de revista, restrições na circulação dos estudantes, limitações de materiais didáticos e alterações constantes na rotina prisional influenciam diretamente o planejamento das aulas. Soma-se a esse contexto a limitação dos recursos disponíveis. Em diversas unidades prisionais, o acesso a bibliotecas, laboratórios, equipamentos tecnológicos e materiais pedagógicos ainda é insuficiente para atender às demandas educacionais.

Diante dessa realidade, a docência em unidades prisionais apresenta impactos emocionais significativos sobre a saúde mental e o bem-estar dos educadores. Os professores que atuam nesse ambiente são frequentemente expostos a situações de elevada tensão e estigmatização, tanto no contexto institucional quanto perante a sociedade. A complexidade da interação com estudantes que, muitas vezes, possuem histórico de traumas e privação impõe uma carga emocional considerável aos docentes. Como assevera Queiroz (2023, p. 6), "programas de educação socioemocional no sistema prisional demonstram ser uma estratégia eficaz para reduzir a violência, melhorar o bem-estar emocional dos detentos e preparar para a reintegração social", evidenciando a relevância do desenvolvimento de competências socioemocionais nesse contexto.

Esse modelo de intervenção beneficia não apenas os estudantes privados de liberdade, mas também contribui para a qualidade de vida dos professores, ao favorecer a construção de um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e seguro. Além disso, os educadores frequentemente se deparam com a resistência de alguns estudantes, que podem perceber a figura do professor como um símbolo de autoridade, circunstância que favorece o surgimento de conflitos. Esse cenário tende a intensificar o desgaste emocional dos docentes, que, muitas vezes, não dispõem das ferramentas necessárias para lidar com tais situações. Conforme destaca Queiroz (2023, p. 3), "a implementação de programas de educação socioemocional pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades interpessoais e emocionais em estudantes e detentos, promovendo um ambiente mais saudável e resiliente". Um ambiente com essas características favorece a construção de vínculos de confiança, fundamentais para o processo de aprendizagem.

Ademais, a saúde mental dos docentes constitui uma questão que merece atenção. A exposição contínua à violência, ao estigma e ao descrédito quanto à eficácia da educação em ambientes prisionais pode favorecer o desenvolvimento da síndrome de burnout, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional. Estudos apontam que educadores que atuam em unidades prisionais podem sentir-se isolados e desprovidos de apoio institucional e emocional, circunstância que potencializa os impactos negativos sobre sua saúde mental. Queiroz (2023, p. 1) destaca que "a educação socioemocional desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos socialmente conscientes e emocionalmente equilibrados, tanto nas escolas quanto nas prisões", reforçando a necessidade de investimentos em formação continuada e suporte permanente aos professores.

Torna-se evidente, portanto, que a práxis docente nesse contexto exige dos educadores um conjunto de competências que ultrapassa o domínio dos conhecimentos técnicos. É necessário desenvolver habilidades emocionais e relacionais capazes de atender tanto às demandas dos estudantes quanto às exigências do próprio exercício profissional. Nesse sentido, programas de desenvolvimento profissional voltados à educação socioemocional podem contribuir para a construção de ambientes de aprendizagem mais positivos. Como assinala Queiroz (2023, p. 11), "o sucesso da educação socioemocional depende da colaboração entre educadores, autoridades prisionais e legisladores para sua implementação e desenvolvimento contínuo". Essa articulação é fundamental para que os professores atuem não apenas como transmissores de conhecimentos, mas também como mediadores de processos educativos que favoreçam a reintegração social das pessoas privadas de liberdade.

Nesse sentido, compreender os impactos emocionais da docência em unidades prisionais requer reconhecer as especificidades desse contexto e as demandas que recaem sobre os profissionais da educação. A literatura indica que estratégias voltadas ao fortalecimento das competências socioemocionais, associadas à formação continuada e ao apoio institucional, podem contribuir para a construção de ambientes educativos mais acolhedores, favorecendo tanto o trabalho docente quanto o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

3.2 Barreiras pedagógicas enfrentadas na educação de populações carcerárias

A qualidade da educação prisional está diretamente relacionada à formação dos profissionais responsáveis pela condução dos processos educativos. Entretanto, diversos estudos apontam que a maioria dos cursos de licenciatura não contempla conteúdos específicos sobre a docência em contextos de privação de liberdade. Nesse cenário, as barreiras pedagógicas enfrentadas na educação de populações carcerárias revelam-se diversas e complexas, refletindo não apenas a realidade do sistema prisional, mas também questões sociais e educacionais mais amplas.

Um dos principais desafios refere-se às condições físicas das instituições prisionais, que frequentemente apresentam infraestrutura inadequada para o desenvolvimento das atividades educacionais. As salas de aula, quando existentes, costumam ser superlotadas e pouco equipadas, dificultando a adoção de metodologias de ensino mais diversificadas e eficazes. Essas limitações comprometem a construção de um ambiente de aprendizagem favorável, essencial para o desenvolvimento do conhecimento e para a formação dos estudantes privados de liberdade.

Além das limitações estruturais, a resistência de parte dos estudantes constitui outro desafio relevante. O histórico de exclusão social, as experiências de fracasso escolar e a desconfiança em relação às instituições educacionais podem favorecer atitudes de ceticismo e desinteresse pelo processo de aprendizagem. Muitos estudantes carregam experiências marcadas por traumas e vulnerabilidades que influenciam sua relação com a escola e com os professores. Nesse contexto, a educação socioemocional assume papel importante, pois, conforme afirma Queiroz (2023, p. 3), "a implementação de programas de educação socioemocional pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades interpessoais e emocionais em estudantes e pessoas privadas de liberdade, promovendo um ambiente mais saudável e resiliente". Essa abordagem pode contribuir para reduzir a resistência ao ensino, fortalecendo as relações interpessoais e favorecendo a construção de vínculos de confiança.

A formação docente também representa um desafio significativo. Muitos professores que atuam em unidades prisionais ingressam nesse contexto sem preparação específica para lidar com as particularidades das práticas educativas desenvolvidas nesses espaços. Como consequência, frequentemente recorrem a metodologias tradicionais que nem sempre respondem às necessidades dos estudantes privados de liberdade. Essa lacuna na formação pode gerar insegurança profissional, dificultar o planejamento das atividades pedagógicas e comprometer tanto a qualidade do ensino quanto a experiência educativa dos alunos.

9

Outro obstáculo importante diz respeito à escassez de recursos didáticos e ao reduzido apoio institucional oferecido aos professores. A precariedade dos materiais disponíveis e a insuficiência de oportunidades de formação continuada dificultam a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras. Além disso, o suporte institucional é fundamental para oferecer condições adequadas ao desenvolvimento das atividades educativas. Conforme destaca Queiroz (2023, p. 6), "educadores e profissionais do sistema prisional desempenham um papel vital na promoção da educação socioemocional, modelando comportamentos positivos e criando um ambiente propício à reabilitação". Contudo, quando esses profissionais não recebem apoio suficiente, sua capacidade de desenvolver práticas pedagógicas transformadoras torna-se significativamente limitada.

Dessa forma as barreiras pedagógicas presentes na educação prisional não podem ser compreendidas de forma isolada, pois refletem desafios estruturais, institucionais e sociais mais amplos. A ausência de políticas públicas capazes de garantir a continuidade da escolarização e favorecer a reintegração social das pessoas privadas de liberdade contribui para a manutenção do estigma associado ao encarceramento. Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer a

educação como um direito humano que deve ser assegurado independentemente da condição jurídica do indivíduo.

Como afirma Queiroz (2023, p. 11), "a educação socioemocional é mais do que uma abordagem educacional; é uma filosofia que reconhece a importância do bem-estar emocional e interpessoal na formação de indivíduos e comunidades mais saudáveis". Assim, a superação dessas barreiras exige ações articuladas entre educadores, gestores, autoridades do sistema prisional e poder público, com vistas à valorização da docência e ao fortalecimento de práticas educativas mais inclusivas e efetivas nas unidades prisionais. Desse modo, a construção de um ambiente educacional capaz de reconhecer as especificidades desse contexto constitui condição essencial para favorecer a formação integral dos estudantes e ampliar suas possibilidades de reintegração social.

3.3 Estratégias para promover um ensino eficaz em contextos prisionais

No contexto da educação prisional, destacam-se, entre os principais desafios pedagógicos, a diversidade dos perfis dos estudantes, a escassez de recursos didáticos e a descontinuidade dos processos educativos. As turmas costumam ser compostas por estudantes com diferentes níveis de escolarização, faixas etárias e trajetórias educacionais. Com frequência, convivem na mesma sala pessoas em processo de alfabetização e estudantes que já concluíram etapas mais avançadas da educação básica. Essa heterogeneidade exige do professor a elaboração de estratégias pedagógicas flexíveis, capazes de atender às diferentes necessidades de aprendizagem.

10

Diante desse cenário, as estratégias voltadas à promoção de um ensino eficaz em unidades prisionais devem considerar as especificidades do ambiente e do público atendido. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que a educação em contextos de privação de liberdade não pode ser conduzida da mesma forma que em instituições de ensino convencionais. Os estudantes inseridos nesse contexto apresentam trajetórias marcadas por processos de exclusão social, experiências traumáticas e, muitas vezes, desconfiança em relação ao sistema educacional. Por essa razão, as práticas pedagógicas precisam ser adaptadas às suas necessidades e características. Nesse sentido, Queiroz (2023, p. 1) destaca que a educação socioemocional desempenha papel fundamental na formação de indivíduos socialmente conscientes e emocionalmente equilibrados, tanto nas escolas quanto nas prisões.

Nessa perspectiva, uma estratégia relevante consiste na implementação de programas de educação socioemocional voltados tanto aos estudantes quanto aos educadores. Esses programas

devem favorecer o desenvolvimento de competências interpessoais e emocionais essenciais para a construção de um ambiente de aprendizagem mais acolhedor. Conforme assevera Queiroz (2023, p. 3), "a implementação de programas de educação socioemocional pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades interpessoais e emocionais em estudantes e detentos, promovendo um ambiente mais saudável e resiliente". Ao oferecer aos estudantes ferramentas para reconhecer e lidar com suas emoções, os professores podem fortalecer o diálogo, favorecer a convivência em sala de aula e ampliar o engajamento no processo educativo.

Outro aspecto fundamental refere-se à formação continuada dos professores. É necessário que os educadores tenham acesso a capacitações voltadas para metodologias de ensino compatíveis com as especificidades do ambiente prisional. Essas formações podem contemplar estratégias de gestão da sala de aula, mediação de conflitos, construção de vínculos e desenvolvimento da empatia, proporcionando maior segurança para o enfrentamento das situações vivenciadas no cotidiano escolar. Conforme destaca Queiroz (2023, p. 6), "educadores e profissionais do sistema prisional desempenham um papel vital na promoção da educação socioemocional, modelando comportamentos positivos e criando um ambiente propício à reabilitação". Dessa forma, a formação docente deve preparar os professores não apenas para a transmissão de conhecimentos, mas também para a mediação de processos educativos voltados ao desenvolvimento humano.

II

Também se evidencia a necessidade de um currículo que contemple práticas pedagógicas contextualizadas, incluindo atividades de caráter prático e metodologias baseadas em projetos. Estratégias que aproximam os conteúdos escolares das experiências de vida dos estudantes tendem a tornar a aprendizagem mais significativa e favorecer seu envolvimento com as atividades propostas. Conforme ressalta Queiroz (2023, p. 8), "a educação socioemocional contribui para a criação de um ambiente de aprendizado mais positivo e acolhedor, beneficiando o desempenho acadêmico, o bem-estar emocional dos alunos e as relações entre alunos e educadores". Currículos que valorizam as experiências dos estudantes e adotam abordagens colaborativas apresentam maior potencial para promover interesse, participação e permanência nas atividades educativas.

Além das práticas pedagógicas, o fortalecimento do apoio institucional constitui condição indispensável para a implementação dessas estratégias. Isso envolve a articulação entre educadores, gestores, administração penitenciária e órgãos governamentais, de modo que a educação seja reconhecida como prioridade mesmo em contextos de privação de liberdade. Conforme afirma Queiroz (2023, p. 11), "o sucesso da educação socioemocional depende da

colaboração entre educadores, autoridades prisionais e legisladores para sua implementação e desenvolvimento contínuo". Nesse sentido, as políticas públicas devem assegurar recursos materiais, formação profissional e condições institucionais que favoreçam o desenvolvimento das práticas educativas.

Dessa forma, promover um ensino eficaz em contextos prisionais exige uma abordagem que considere não apenas os aspectos acadêmicos, mas também as dimensões sociais e emocionais da aprendizagem. A literatura indica que a adoção de práticas pedagógicas contextualizadas, associada à formação continuada dos professores e ao fortalecimento do apoio institucional, pode contribuir para a construção de ambientes educativos mais inclusivos e para a ampliação das oportunidades de desenvolvimento dos estudantes privados de liberdade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização dos estudos permitiu identificar que os desafios enfrentados pelos docentes em unidades prisionais distribuem-se em três categorias analíticas interdependentes (Quadro 1). Embora apresentadas separadamente para fins analíticos, essas categorias articulam-se na prática e evidenciam que as condições de trabalho docente são influenciadas simultaneamente por fatores institucionais, pedagógicos e emocionais.

12

Quadro 1 – principais achados

Categoria analítica	Principais achados da literatura	Principais autores
Impactos emocionais da docência	Sobrecarga emocional, sofrimento ético-político, insegurança profissional, necessidade de apoio institucional e desenvolvimento de competências socioemocionais.	Freire (1987; 2021); Foucault (1987); Queiroz (2023); Carvalho e Ferreira (2021).
Barreiras pedagógicas	Infraestrutura inadequada, escassez de recursos didáticos, heterogeneidade das turmas, limitações da formação docente e interferências da rotina prisional na prática educativa.	Queiroz (2023); Constituição Federal (1988); Lei de Execução Penal (1984); LDB (1996).
Estratégias para o fortalecimento da educação prisional	Formação continuada, educação socioemocional, flexibilização curricular, fortalecimento institucional e valorização da docência.	Freire (1987; 2021); Queiroz (2023); Diretrizes Nacionais para a Educação em Prisões.

Fonte: Autor (2026)

A análise da literatura e dos documentos consultados permitiu organizar os achados em três categorias analíticas: (i) impactos emocionais da docência em unidades prisionais; (ii) barreiras pedagógicas enfrentadas no processo educativo em contextos de privação de liberdade; e (iii) estratégias voltadas ao fortalecimento das práticas pedagógicas nesses espaços. A organização dessas categorias evidencia que os desafios identificados não se manifestam de

forma isolada, mas constituem dimensões interdependentes que influenciam diretamente as condições de trabalho docente e a efetividade das ações educativas.

No que se refere às barreiras pedagógicas, os estudos analisados convergem ao apontar que as limitações estruturais representam um dos principais entraves à oferta da educação prisional. Entre os aspectos mais recorrentes destacam-se a precariedade da infraestrutura física, a insuficiência de materiais didáticos, as restrições impostas pela rotina institucional e a limitação de recursos pedagógicos, fatores que comprometem o planejamento das aulas e restringem as possibilidades de desenvolvimento de práticas educativas diversificadas.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à heterogeneidade do público atendido. As produções analisadas evidenciam que as turmas são compostas por estudantes com diferentes níveis de escolarização, trajetórias educacionais, faixas etárias e experiências de vida, exigindo dos professores constante adaptação curricular e metodológica. Nesse contexto, observa-se que a atuação docente ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, demandando planejamento flexível e seleção de estratégias capazes de dialogar com a realidade dos estudantes e favorecer sua permanência no processo educativo.

Os estudos também revelam que a organização do sistema prisional interfere diretamente na autonomia docente. A dinâmica institucional, marcada por protocolos de segurança, alterações frequentes da rotina e limitações operacionais, condiciona o desenvolvimento das atividades pedagógicas e impõe constantes negociações entre as demandas educacionais e as exigências da administração penitenciária. Como consequência, a literatura aponta que muitos professores vivenciam sentimentos de insegurança, desgaste emocional e frustração diante das dificuldades para desenvolver práticas pedagógicas coerentes com os princípios da educação. Nesse sentido, Carvalho e Ferreira (2021, p. 132) afirmam que o medo experimentado pelos docentes não se restringe ao risco de violência física, mas também envolve a insegurança diante das situações vivenciadas no cotidiano escolar e a percepção de insuficiência de preparo para enfrentá-las.

Esses resultados corroboram as discussões apresentadas no referencial teórico ao evidenciar que a qualidade da educação prisional depende não apenas da existência de políticas públicas que assegurem o direito à escolarização, mas também da criação de condições institucionais que favoreçam o exercício da docência. A literatura analisada indica que investimentos em infraestrutura, formação continuada, apoio institucional e valorização profissional constituem elementos indispensáveis para o fortalecimento das práticas educativas

em unidades prisionais e para a efetivação do direito à educação das pessoas privadas de liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a atuação docente em unidades prisionais é permeada por desafios pedagógicos, institucionais e emocionais que influenciam diretamente a qualidade das práticas educativas e as condições de trabalho dos professores. A análise da literatura evidenciou que fatores como a precariedade da infraestrutura, a escassez de recursos didáticos, a heterogeneidade das turmas, as restrições impostas pela dinâmica prisional e a insuficiência de formação específica constituem obstáculos recorrentes para a efetivação do direito à educação das pessoas privadas de liberdade.

Os resultados também demonstraram que os impactos da docência nesse contexto ultrapassam as dimensões pedagógicas, alcançando a saúde mental e o bem-estar dos educadores. Nesse cenário, a literatura destaca a importância da formação continuada, do fortalecimento das competências socioemocionais e da ampliação do apoio institucional como estratégias capazes de qualificar o trabalho docente e favorecer a construção de ambientes educativos mais acolhedores e humanizados.

Do ponto de vista das implicações práticas, os achados desta pesquisa reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam melhores condições de trabalho, investimento em infraestrutura, oferta de recursos pedagógicos e programas permanentes de formação para professores que atuam em unidades prisionais. Tais iniciativas podem contribuir para o fortalecimento da educação prisional como política pública comprometida com a garantia de direitos e com a reintegração social das pessoas privadas de liberdade.

Por fim, reconhece-se que este estudo, por fundamentar-se em revisão bibliográfica e análise documental, apresenta limitações inerentes a esse delineamento metodológico. Nesse sentido, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas que investiguem diretamente as experiências de professores que atuam em unidades prisionais, bem como estudos que avaliem os efeitos de programas de formação docente, de educação socioemocional e de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da educação prisional. A ampliação dessas investigações poderá aprofundar a compreensão sobre a realidade da docência nesse contexto e subsidiar a formulação de estratégias capazes de qualificar as práticas educativas e fortalecer a efetivação do direito à educação no sistema prisional.

REFERÊNCIAS

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; FLACH, Simone Fátima. Reflexões sobre as orientações da UNESCO para a oferta da educação em prisões. **Educar em Revista**, v. 40, e82342, 2024. DOI: 10.1590/1984-0411.82342.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

CARVALHO, A.; FERREIRA, M. A prática docente no cárcere: medos, desafios e a iminência do sofrimento ético-político. *Revista Brasileira de Educação Prisional*, v. 8, n. 2, p. 125-140, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A escola na prisão: caminhos e ousadias na formação de professores. **Trabalho & Educação**, v. 25, n. 1, 2016.

QUEIROZ, R. S. **A importância da educação socioemocional no sistema prisional**: caminhos para a reabilitação e o bem-estar docente. São Paulo: Editora Acadêmica, 2023.

LIMA, Adriana Oliveira; MATA, Gabriel Adonai do Nascimento; MASSENA, Elisa Prestes. Perspectives of a Science teacher training course in the prison context. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 9, e024017, 2024.

RODRIGUES, Mariana Luiza de Acioly et al. Training for teachers working in places of deprivation of liberty. **Educação e Pesquisa**, v. 51, 2025. DOI: 10.1590/S1678-4634202551289562por.